

PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1377811 - PR (2018/0262075-3)

RELATOR : MIN. LUIS FELIPE SALOMÃO

REQUERENTE : AUTO POSTO PETROBEL LTDA
REQUERENTE : WOLF DIETRICH FRITZ HOFFMANN
REQUERENTE : MARION KIRCHNER FALCE HOFFMANN
ADVOGADOS : VICENTE PAULA DOS SANTOS - PR018877
: JOSÉ HOTZ - PR017276
REQUERIDO : OS MESMOS
REQUERIDO : DELTEC - EMPREENDIMENTOS LTDA
REQUERIDO : CARLOS EDUARDO CASTRO CHAGAS
ADVOGADO : AFONSO CELSO NUNES E OUTRO(S) - PR012378
INTERES. : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO : FERNANDO WILSON ROCHA MARANHÃO - PR004093
ADVOGADOS : ANDREA CAROLINE MARCONATTO CURY - PR037393
: ROBSON COSTA MELLO E OUTRO(S) - MG159137

DECISÃO

1. Cuida-se de petição protocolada em sede de agravo no recurso especial em tela, em que o requerente requer a restituição integral de todos os prazos processuais a partir das fls. 2.549-2.559, tendo em vista o fato de não ter sido intimado.

Consigna que, nas contrarrazões ao agravo em recurso especial, noticiou o falecimento do advogado - Dr. Leonardo Antonio Franco -, bem como requereu que as intimações fossem realizadas em nome do advogado Vicente Paula Santos, OAB/PR 18.877, sob pena de nulidade.

Registra, ainda, que, após a publicação das decisões anteriores no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o mencionado causídico não foi intimado, situação que gera nulidade processual.

Requer, assim, visando à regularização do presente processo, sejam republicadas as decisões proferidas, com a consequente devolução do prazo recursal.

É o relatório.

DECIDO.

2. Assiste razão ao peticionante.

Compulsando os autos, observo que, à fl. 2.559, realmente, o Auto Posto Petrobel LTDA. e outros requereram que as publicações fossem realizadas em nome do advogado primitivo, Dr. Vicente Paula Santos, OAB/PR 18.877, sob pena de nulidade, em razão do falecimento do Dr. Leonardo Antonio Franco.

No caso concreto, como as decisões proferidas por esta Corte Superior não foram publicadas em nome do advogado requerente, deve-se reconhecer a nulidade da

intimação, de forma a oportunizar o prazo para a interposição de eventual recurso.

Com efeito, havendo petição requerendo a publicação dos atos processuais em nome de patrono específico, sob pena de nulidade, é cabível a restituição do prazo, sob pena de ocasionar nulidade processual.

Isso porque somente é válida a intimação quando a parte representada por mais de um advogado não requer a publicação em nome específico de determinado causídico.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Decisão agravada publicada em 6 de junho de 2014 (sexta-feira) e agravo regimental interposto em 16 de junho de 2014 (segunda-feira), após expirado o prazo recursal de 5 (cinco) dias. Intempestividade.

2. Segundo a jurisprudência consolidada desta Corte Superior, estando a parte representada por mais de um advogado, e não havendo pedido expresso de que a intimação seja realizada exclusivamente no nome de determinado procurador, é válida a intimação efetivada em nome de qualquer um deles. Precedentes.

3. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no REsp 1117148/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/09/2014, DJe 01/10/2014)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO JUDICIAL. PLURALIDADE DE ADVOGADOS. SUBSTABELECIMENTO COM RESERVA DE PODERES. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE INTIMAÇÃO EXCLUSIVA EM NOME DE UM DELES. INTIMAÇÃO DO ADVOGADO QUE SUBSCREVEU OS ATOS NA INSTÂNCIA RECURSAL. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO. VALIDADE DO ATO.

[...]

2. Havendo mais de um advogado constituído nos autos, válida a intimação efetuada em nome de um deles, se o substabelecimento foi feito com reserva de poderes e não constou pedido expresso para que a publicação fosse exclusivamente direcionada a um patrono específico.

[...]

5. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido.

(RMS 21.444/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2009, DJe 29/04/2009)

3. Ante o exposto, com fulcro nos fundamentos acima aduzidos, defiro o pedido formulado pelo ora peticionante, para que sejam republicadas as decisões de fls. 2.580-2.587 e 2.661-2.669, em nome do advogado constituído, a fim de oportunizar ao requerente a eventual interposição de recurso.

Substitua-se o nome do advogado falecido pelo do Dr. Vicente Paula Santos,

Superior Tribunal de Justiça

OAB/PR 18.877.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator